

Caminhos da Literatura no Brasil nos primórdios da nossa história - Séculos XVI e XVII.

SERIDIÃO CORREIA MONTENEGRO *

RESUMO

Apresenta-se, no presente trabalho, um breve relato histórico acerca da “literatura sobre o Brasil” no século XVI, tendo como autores escritores portugueses, alemães, franceses e de outras nacionalidades europeias, e sobre as primeiras produções literárias tipicamente brasileiras, a partir do século XVII, que ajudaram a preservar importantes fatos e informações da nossa história, nos dois primeiros séculos do Brasil Colônia, com comentários sucintos sobre os autores e as obras por eles produzidas.

SÉCULO XVI

Ao se pesquisar sobre a produção de escritores brasileiros nos cem primeiros anos após o descobrimento do Brasil, logo se afasta a ideia da existência nessa época de uma literatura genuinamente brasileira, ou seja, produzida por escritores brasileiros. Entretanto, nesse período inicial de formação da nossa história, foi gerada o que se poderia denominar de “literatura sobre o Brasil”, principalmente informativa e de narração da atividade pastoral dos jesuítas, tendo como marco inicial a “*Carta do Achamento*”, escrita em 01 de maio de 1500 por **Pero Vaz de Caminha** e remetida a Dom Manoel I, rei de Portugal e Algarves, dando-lhe ciência de todos os acontecimentos ocorridos quando do descobrimento do Brasil. Nela o autor da missiva, escrivão da armada de Pedro Álvares Cabral, descreve: o momento em que os navegadores avistaram o Monte Pascoal; o desembarque dos portugueses; a primeira missa, celebrada em 26 de abril de 1500 por Frei Henrique de Coimbra; os contatos preliminares com os índios, que, segundo ele, viviam em estado muito primitivo; alguns aspectos físicos da terra; a fauna e a flora.

* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará e Secretário Geral.

Ao se referir ao momento da chegada, Caminha afirma¹: “*Junto à boca do rio, vinte homens pardos se aproximam do escaler, todos nus, sem nenhuma veste que lhes cobrisse as vergonhas*”. E, em seguida, os descreve: “*A feição deles é serem pardos, avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Traziam os beijos de baixo furados e, metidos por eles, ossos*”. E passa a expor a sua primeira impressão sobre a terra: “*Esta terra, Senhor, me parece que mais contra o Sul vimos, até a outra ponta que contra o Norte vem, nós deste ponto houvermos visto, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas por costa. Nela até agora não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro. De ponta a ponta, é tudo cheio de grandes arvoredos. As águas são muitas, infindas. Querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem*”.

Esse é o primeiro documento escrito do país, marco inicial da construção da nossa história. Por muitos anos essa carta de Caminha ficou arquivada em Lisboa, no Livro Nacional da Torre do Tombo. Quem a encontrou, em 1773, foi o guarda-mor da Torre do Tombo José de Seabra da Silva, que mais tarde viria a ocupar o cargo de secretário de Estado dos Negócios do Reino, da Rainha D. Maria I de Portugal. Esse importante documento histórico somente veio a ser publicado no Brasil em 1817, pelo padre português Manuel Aires de Casal, historiador e geógrafo. Poucos anos depois, outro valioso manuscrito sobre o Brasil foi escrito por **Pero Lopes de Sousa**, o “*Diário da Navegação da Armada que foi à Terra do Brasil em 1530*”, em que o autor faz um relato circunstanciado da expedição de seu irmão Martim Afonso de Sousa, de 1530 a 1532, transmitindo importantes informações relacionadas com a fase inicial da colonização, como a fundação das colônias portuguesas de São Vicente e de São Paulo de Piratininga, e os descobrimentos do Rio de Janeiro, do Rio da Prata e da ilha de Fernando de Noronha. Fez constar também no manuscrito os seus dados biográficos e os do irmão.

Essa expedição, formada por uma esquadra de cinco embarcações, fortemente armada, com quatrocentos colonos e tripulantes, tinha tríplice missão: expulsar os invasores franceses da denominada França Antártica; penetrar nas terras do Rio da Prata para procurar metais preciosos e fundar vilas no litoral; e planejar a divisão da costa brasileira em capitânias,

1 CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta do Achamento**. Carta a D. Manuel I, rei de Portugal e Algarves. 1º de maio de 1500.

para viabilizar a colonização de seu imenso território. Esse documento foi encontrado pelo militar, diplomata e historiador brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen, que o publicou em Lisboa no ano de 1839, com base em três manuscritos apógrafos: o primeiro, que estava em seu poder; o segundo, pertencente ao bispo-conde D. Francisco de São Luís (nascido Francisco Justiniano Saraiva); e o terceiro, o mais antigo, com caligrafia característica do século XVI, que encontrara na Biblioteca Nacional da Ajuda, em Lisboa. No seu trabalho, Pero Lopes de Sousa deu conhecimento às autoridades portuguesas da situação das terras do Brasil, para as necessárias medidas administrativas, visando à ocupação e exploração do território brasileiro, como descrito na *Brasiliana da Biblioteca Nacional*²:

“Navegador afeito à ação, Pero Lopes oferece passagens que emocionam o leitor, com um tom entre deslumbrado e surpreso diante da realidade geográfica e humana da terra visitada, como a chegada à baía do Salvador e do Rio de Janeiro, o relato da subida pelos rios Paraná e Uruguai, a fundação da Vila de São Vicente, ou ainda, o ataque aos núcleos franceses que comercializavam o pau-brasil. Sobre a sua chegada ao Rio de Janeiro, diz: ‘A gente deste Rio é como a da Bahia de Todos os Santos, senão quanto é mais gentil gente. Toda a terra deste Rio é de montanhas e serras muito altas’.”

Só foi possível aos historiadores mensurar a importância da expedição de Martim Afonso de Sousa, graças a esse rico documento do início do período colonial brasileiro, que se constitui até hoje num dos documentos mais relevantes da fase inicial da nossa história. Enquanto era descoberta e ocupada a faixa litorânea brasileira, outros exploradores, não portugueses, penetravam na região amazônica, nessa mesma época, surgindo, dentre eles, escritores de outras nacionalidades que, em meados do século XVI, também deram contribuições significativas para a divulgação do Brasil. **Ulrico Schmidel** ou Schmidl (1510-1581), alemão da Baviera, começou a conhecer o Brasil por referências de mercadores de Augsburg e Nuremberg.

Em 1534, foi para as colônias do Rio da Prata e, depois de permanecer alguns anos nessa região, viajou a pé de Assunção a São Vicente, em 1552, levando em sua companhia vinte escravos índios. Em setembro de 1553, voltou para a Europa e publicou em 1557 o livro *Verdadeira História de*

2 *Brasiliana da Biblioteca Nacional. Compilado por Paulo Roberto Dias Pereira. Editora Nova Fronteira. 2001.*

uma *Extraordinária Viagem*, e, no ano de 1567, *História Verdadeira de uma Viagem Curiosa feita por U. Schmidel*, com edições em alemão, francês, holandês, espanhol, inglês e português, fazendo referências às lendas brasileiras, como a das amazonas. Não foi possível confirmar se o segundo título é uma nova obra ou uma reedição do primeiro, com título diferente.

Na obra, o autor faz o relato de sua acidentada viagem e descreve a fundação dos primeiros povoamentos no sul da América, inclusive no Brasil. Segundo Schmidel, os principais objetivos de viagens como aquela eram a divulgação da fé católica e a ocupação de posições estratégicas no Novo Continente, numa tentativa de evitar a presença de exploradores de outras nacionalidades. Outro escritor alemão foi **Hans Staden**, que esteve por duas vezes no Brasil. Na segunda viagem, embarcou como arcazeiro da frota de Juan de Salazar para a Capitania de São Vicente, onde permaneceu longamente entre os índios (1550 a 1555), durante algum tempo na condição de prisioneiro, mas depois como espião e conselheiro contra os portugueses. Ao retornar para a Europa, publicou o livro *Verdadeira História e Descrição de uma Viagem entre os Selvagens* (1557), com diversas reedições em alemão, flamengo, latim, francês e holandês, contendo trechos em tupi. Essa obra é tida como a mais importante contribuição sobre os índios do Brasil no século XVI. O Governo Central do Brasil se instalou na Bahia em 1549, tendo como governador-geral Tomé de Souza. Nessa época, se iniciaram os trabalhos da Companhia de Jesus, cuja missão primordial era educar e catequisar os índios.

Como etapa preparatória desse objetivo, a Companhia de Jesus promoveu a formação de seus missionários, nos denominados *Colégios*, capacitando-os para a ação junto às comunidades indígenas. Mesmo dedicando-se diuturnamente à ação evangelizadora, desde a chegada à colônia, alguns padres jesuítas escreveram inúmeras cartas, narrativas e textos informativos sobre o Brasil e suas riquezas, e sobre a ação da catequese jesuítica. Esses documentos, abrangendo as mais diversas áreas do conhecimento humano, se tornaram um precioso acervo de dados e importante fonte de informações, à disposição de cientistas, historiadores e pesquisadores europeus, interessados em obter informações sobre o Brasil.

Nessa fase da nossa história, dois personagens tiveram extraordinária importância e se destacaram na missão de conquistar e catequisar a população nativa e de defender a sua liberdade, mas também na disseminação de informações sobre o Brasil. O primeiro foi o **Padre Manuel da Nóbrega**

(1517-1570), português, fundador da missão da Companhia de Jesus no Brasil, aonde chegou com Tomé de Sousa. Padre Manuel da Nóbrega deixou muitos documentos escritos sobre as condições da população brasileira, principalmente sobre os índios, sendo fonte relevante para o estudo da História do Brasil. A ele se deve a primeira narrativa de um jesuíta sobre o Brasil colonial, na carta escrita em abril de 1549 ao padre Simão Rodrigues, superior provincial de Lisboa, em que expõe a atuação dos jesuítas no processo de conversão dos “gentios” e na tentativa de abolir hábitos incivilizados, como o do canibalismo e o da promiscuidade sexual.

As cartas e as informações do Padre Manuel da Nóbrega, consideradas *obras literárias* produzidas no Brasil, foram publicadas na Europa, de 1550 até o final do século XVI, com versões em castelhano e francês. Foi de sua autoria o primeiro texto em prosa escrito no Brasil – *Diálogo sobre a conversão do gentio* –, a que se atribui inestimável valor literário e que, segundo o padre jesuíta Serafim Leite (poeta, escritor e historiador português), é a principal obra em prosa do século XVI, escrita no Brasil. Nas cartas do Padre Manuel da Nóbrega, se encontra o início da história do povo brasileiro, com importante contribuição para o estudo dos costumes dos índios, principalmente dos tupinambás. Nóbrega também foi o autor do primeiro ensaio do pensamento filosófico brasileiro – “*A Liberdade dos Índios*”. Outro jesuíta que teve grande importância na formação literária brasileira foi o **Padre José de Anchieta** (1534-1597), espanhol de San Cristóbal de la Laguna, na ilha de Tenerife, que chegou ao Brasil em 1553. (Figura 1)

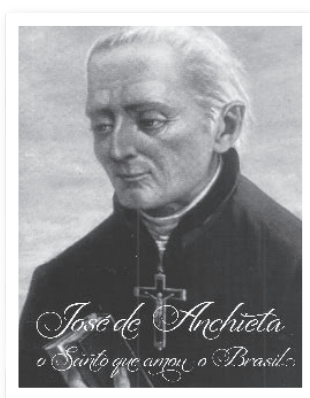


Figura 1 – Padre Anchieta

É considerado pelo historiador, crítico literário, poeta, jornalista, filósofo, sociólogo, ensaísta e cientista político Sílvio Vasconcelos Romero (1851-1914), como “o fundador da literatura brasileira”. Teatrólogo, gramático, poeta e historiador, os seus textos eram escritos em quatro línguas: português, castelhano, latim e tupi, tanto em prosa, como em verso. Padre José de Anchieta foi o autor do primeiro auto teatral composto e apresentado no Rio de Janeiro, escrito em português, castelhano e tupi, com motivos indígenas e finalidade religiosa, ao qual se seguiram muitos outros. Para comemorar datas religiosas, escrevia e fazia apresentações de peças teatrais, com as quais pregava de forma agradável a fé cristã e os mandamentos da Igreja. Diante dessa constatação histórica, pode-se concluir que a literatura no Brasil começou pelo teatro, com a característica da *oralidade*, em que predomina a palavra falada sobre a palavra escrita. O público que assistia a essas apresentações era constituído de indígenas, soldados, marujos, colonos e comerciantes. Por isso as escrevia em várias línguas. Mas o alvo principal era o índio. Na obra “*De gestis Mendi de Saa*” (*Os feitos de Mem de Sá*), publicada em Coimbra em 1563, José de Anchieta narra a luta dos portugueses, sob o comando do governador-geral Mem de Sá, para expulsar os franceses da baía de Guanabara. Essa obra, escrita em latim, antecedeu a edição de *Os Lusíadas*, de Camões, cuja publicação somente ocorreu em 1572. É considerada uma verdadeira epopeia renascentista, o primeiro poema épico das Américas.

Em 1583, escreveu o *Auto de São Lourenço*, em tupi, português e castelhano e, entre 1589 e 1594, o auto religioso *Na Aldeia de Guaraparim*, totalmente em língua tupi. A obra *Arte de Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil*, impressa em Coimbra em 1595, foi a primeira gramática a definir os fundamentos da língua tupi e tinha em sua folha de rosto o emblema da Companhia de Jesus. Dessa edição inaugural, há poucos exemplares, dos quais dois se encontram no acervo da Biblioteca Nacional do Brasil (Fundação Biblioteca Nacional) e um na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin - USP.

Na apresentação da edição da *Gramática*, numa versão *fac-simile* da obra original, publicada em 1990 com o objetivo de apoiar o movimento pró-canonização do Beato José de Anchieta, Carlos Drummond de Andrade, professor de tupi da USP, declarou: “*Anchieta, graças a seu*

magnífico trabalho, realizou um dos princípios básicos da Companhia de Jesus, o de que todos os missionários deviam aprender a língua da terra onde exerciam seu ministério, para empregá-la, em vez de sua própria língua". Suas poesias eram em versos medievais. Em seus poemas, procurava fazer o entrelaçamento entre os ensinamentos religiosos e morais da Igreja Católica e os costumes indígenas. Os mais conhecidos são: "*Do Santíssimo Sacramento*" e "*A Santa Inês*". Neste último, fala do confronto entre o bem e o mal.

Seus versos, escritos com simplicidade e cheios de harmonia e musicalidade, facilitavam a transmissão da mensagem religiosa neles contida. Abaixo, alguns versos do poema "*De beata Virgine Dei Matre Maria*":

Ó Mãe sempre virgem, ó virgem fecunda
De nossos prazeres cansamos, ó Ave!
Com que quis fechar-se no vosso conclave
O Verbo, do Padre Pessoa Segunda.
De novo, Senhora, recebe vossa alma,
Ó Ave sagrada de eterna harmonia!
Pois o que foi morto, com grande alegria,
A morte vencida, ressurgue com palma.
As chagas cruentas das mãos delicadas
Vêm mais rubicundas que todas as rosas,
Para que por elas se tornem formosas
As almas que foram da culpa afeadas.
O peito sagrado com lança rompido,
Que para vossa alma foi bravo cutelo,
Com raios de glória ressurgue tão belo
Que tem vossas dores de todo vencido.
Ó madre de vida, pois tendes tal dia,
Fazei-nos dar vida, que mortos jazemos,
E livres da morte, com Jesus tornemos
À vida da graça, com toda a alegria.

Na Carta que enviou ao padre Diogo Mirão, Provincial dos Jesuítas de Portugal, em 9 de julho de 1565, o Padre José de Anchieta narra os acontecimentos do último dia de fevereiro e de 01 de março de 1565, data da fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (o que foi confirmado por Capistrano de Abreu), e faz minucioso relato sobre a fundação da cidade, o que possibilitou esclarecer: que a verdadeira data de fundação do Rio de Janeiro foi 1º de março; que a denominação *São Sebastião do Rio de Janeiro* vem desde o início da formação da cidade e não após a vitória sobre os franceses na batalha do dia de São Sebastião.

Dá ainda o seu testemunho sobre a ação heroica dos defensores da cidade, superando as adversidades decorrentes da força do oceano, da fome e da sede, e da resistência dos inimigos franceses, auxiliados pelos tamoios. Esse valioso documento, fundamental para a reconstrução da nossa história, tem sido muitas vezes referido como “uma espécie de certidão de nascimento da cidade do Rio de Janeiro”. Considerado o *Apóstolo do Brasil* e denominado o *Taumaturgo*, em razão de suas qualidades espirituais fora do comum, capazes de operar milagres, José de Anchieta foi beatificado em 1980 pelo Papa João Paulo II e canonizado pelo Papa Francisco em 03 de abril de 2014.

Outro jesuíta escritor, de nacionalidade portuguesa, era o **Padre Fernão Cardim** (1540-1625), que embarcou para o Brasil em 1583 como secretário do visitador da Companhia de Jesus e percorreu as regiões que formam hoje os estados da Bahia, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. Em 1598, tendo sido eleito procurador pela província do Brasil, viajou para Portugal, e em 1601, na viagem de volta, foi feito prisioneiro por corsários ingleses, liderados por Francis Cook, e levado para a Inglaterra. Em 1604, conseguiu fugir. Foi então nomeado provincial da Companhia de Jesus no Brasil, tendo permanecido no cargo de 1604 a 1609. Entre os anos de 1583 e 1601, escreveu dois tratados e inúmeras cartas, em que revela sua vida cheia de percalços e relata os contratemplos que enfrentou nas idas e vindas entre a Europa e o Brasil. Faleceu em 27 de janeiro de 1625, quando exercia o cargo de reitor do Colégio da Bahia. Esses dois tratados, assim como as cartas acima mencionadas, já no século XX, foram reunidos numa só obra – “*Tratados da Terra e da Gente do*

Brasil”³, fruto dos esforços de Afrânio Peixoto, que se baseou no trabalho pioneiro do grande historiador brasileiro Capistrano de Abreu. Segundo Afrânio Peixoto (médico, crítico literário, político, professor, ensaísta, romancista e historiador, ocupante da Cadeira n.º 7 da Academia Brasileira de Letras e seu presidente de 1922-1923), “*a obra de Fernão Cardim, apesar de pequena, é extremamente significativa pelo que podemos acompanhar dos relatos, entre o histórico e o etnológico, sobre a realidade geográfica e humana do Brasil*”. Os dois primeiros textos da obra, “*Do clima e terra do Brasil*” e “*Do princípio e origem dos índios do Brasil*” foram publicados, numa versão em inglês, em Londres, no ano de 1623. No terceiro texto, *Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica*, publicado em Lisboa em 1847 por Francisco Adolfo de Varnhagen, Padre Fernão Cardim descreve em estilo literário agradável e descontraído a vida no Brasil quinhentista, procurando demonstrar nas entrelinhas o amor que dedicava à terra brasileira, com referências à grandiosidade do solo e à diversidade da fauna e da flora, ressaltando a facilidade com que animais e plantas trazidos de fora aqui se adaptavam facilmente. Sobre o clima, diz Cardim: “*Este Brasil já é outro Portugal, e não falando no clima que é muito mais temperado e saio, sem calmas grandes, nem frios, e donde os homens vivem muito com poucas doenças*”.

Da mesma forma que os padres Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, Padre Fernão Cardim construiu sua obra a partir de trabalhos escritos no Brasil. O português **Gabriel Soares de Sousa** (1540-1591) foi agricultor e empresário, e historiador. Veio para o Brasil na segunda metade da década de 1560, estabelecendo-se como colono agrícola na Bahia, onde se casou, prosperou e se tornou senhor de um engenho de açúcar. Depois de viver por 17 anos em solo baiano, onde chegou a se eleger vereador de Salvador, jamais perdeu a esperança de encontrar minas de metais preciosos no sertão do rio São Francisco. Com o objetivo de solicitar apoio financeiro da Corte de Madri para iniciar a pesquisa e exploração de minas, viajou para a Europa em 1584. Nos quatro anos em que permaneceu na Europa, escreveu entre 1584 e 1587, na tentativa de justificar as suas pretensões, um longo *memorial*, como ele mesmo denominou, utilizando muitas de suas anotações do tempo em que residiu

3 CARDIM, Fernão. *Tratados da Terra e Gente do Brasil*. Editores J. Leite & Cia. 1925.

no Brasil. Finalmente, conseguiu o apoio de Madri para sua empreitada, sendo “nomeado capitão-mor e governador da conquista que fizesse e das minas que descobrisse”. Voltou para o Brasil em 1591, com uma expedição de 360 colonos e quatro frades, mas a embarcação naufragou nas costas de Sergipe.

Os poucos sobreviventes do naufrágio morreram pouco tempo depois nos sertões. Gabriel Soares de Sousa faleceu nesse mesmo ano, perto das cabeceiras do Rio Paraguaçu, mas os seus restos mortais foram sepultados no Mosteiro de São Bento, em Salvador. O memorial por ele redigido, denominado *Tratado Descritivo do Brasil*, foi considerado por Francisco Adolfo de Varnhagen obra de grande valor nos campos da corografia, da topografia, da fitologia, da zoologia e da etnografia do povo brasileiro, tendo afirmado sobre o autor e a obra:

“causa pasmo como a atenção de um só homem pôde ocupar-se em tantas cousas que juntas se veem raramente, como as que contêm na sua obra, que trata a um tempo, em relação ao Brasil, de geografia, de história, de topografia, de hidrografia, de agricultura entretrópica, de horticultura brasileira, de matéria médica indígena em todos os seus ramos e até de mineralogia”.

Essa obra, que somente foi impressa no século XIX, serviu de subsídio a Felipe II, rei da Espanha (a partir de 1556), e de Portugal e Algarves, como Felipe I, (a partir de 1580), na formulação da política espanhola e portuguesa da época, em relação ao Brasil. Na Brasileira da Biblioteca Nacional, Paulo Roberto Pereira, historiador, com expertise em história colonial, afirma:

“o grande valor histórico e etnográfico desse texto é o de ter conseguido o milagre de ter retirado seu autor do anonimato a que fora relegado por cerca de três séculos. Gabriel Soares de Sousa é uma das principais figuras lusitanas que souberam perceber o sentido grandioso, ufanista, da terra brasileira, como novo reino, pois está capaz para se edificar nele um grande império, o qual com pouca despesa destes reinos se fará tão soberano que seja um dos Estados do mundo.”

Francisco Adolfo Varnhagen, estudioso da obra de Soares, considera o *Tratado Descritivo do Brasil* como a mais importante obra sobre o Brasil no século XVI, afirmando que em topografia ninguém melhor do que ele se ocupou da Bahia e que, como fitólogo, embora sem os princípios da ciência botânica, foi capaz de explicar as plantas dessa terra. Dois escritores franceses, ligados à denominada *França Antártica* de Villegagnon, também merecem destaque, por sua produção literária em meados do século XVI: o frade francês **André Thévet** (1502-1590), explorador, cartógrafo, cosmógrafo e escritor, viajou para o Rio de Janeiro na frota do Almirante Nicolas Durand de Villegagnon, tendo permanecido no Brasil por poucos meses, entre 1555 e 1556, observando a natureza e os indígenas da baía de Guanabara. Publicou a obra sobre o Brasil *Singularidades da França Antártica* (1557), em que narra a viagem de ida, da França até o litoral paulista, ao longo da costa da África, e de volta, costeando a América até o Canadá, em direção ao Polo Antártico, ilustrada com 41 xilogravuras. Responsabiliza os huguenotes (calvinistas franceses), pelo fracasso dos franceses na manutenção da colônia. Foi Thévet o responsável pela popularização da expressão “França Antártica”. Em sua *Cosmografia Universal* (1575), com quatro tomos e 228 gravuras, reuniu testemunhos da tentativa de colonização francesa do Brasil, entre o século XVI e o início do século XVII, descrevendo os habitantes, os costumes, a fauna e a flora do Brasil de então.

Um dos tomos é dedicado inteiramente aos índios Tupinambás. O outro participante da expedição de Villegagnon, o escritor calvinista **Jean de Léry** (1536-1613), explorador, jornalista, teólogo, cronista e pastor protestante, é autor do livro *Histoire d'un Voyage fait en la terre du Brésil*⁴ (1578), que tem grande valor como documento histórico e etnográfico. Em seu livro, Léry resumiu a chegada e o que ocorreu no período inicial da permanência dos primeiros franceses no Rio de Janeiro:

“(…) Assim, antes de partir de França, Villegagnon prometeu a alguns honrados personagens que o acompanharam, fundar um puro serviço de Deus no lugar em que se estabelecesse. E depois de aliciar os marinheiros e artesãos necessários, partiu em maio de 1555, chegando ao Brasil em novembro, após muitas tormentas e

4 *Histoire d'un Voyage fait en la Terre du Brésil*. Jean de Léry. Editora Le Livre de Poche. 1994.

toda a espécie de dificuldades. Aí aportando, desembarcou e tratou imediatamente de alojar-se em um rochedo na embocadura de um braço de mar ou rio de água salgada a que os indígenas chamavam Guanabara e que (como descreverei oportunamente) fica a 23° abaixo do Equador, quase à altura do Trópico de Capricórnio. Mas o mar daí o expulsou. Constrangido a retirar-se avançou quase uma légua em busca de terra e acabou por acomodar-se numa ilha antes deserta, onde, depois de desembarcar sua artilharia e demais bagagens, iniciou a construção de um forte, a fim de garantir-se tanto contra os selvagens como contra os portugueses que viajavam para o Brasil e aí já possuem inúmeras fortalezas.” (LÉRY, 1972:22).

“(…) Uma légua mais adiante, encontra-se a ilha onde nos instalamos e que, como já observei, era desabitada antes de Villegagnon chegar ao país; com meia milha de circunferência e seis vezes mais comprida do que larga, e rodeada de pedras à flor d’água, o que impede se aproximem os navios mais perto do que a distância de um tiro de canhão, e a torna naturalmente fortificada. Com efeito ninguém pode ali atracar, nem mesmo em pequenos barcos, a não ser pelo lado do porto, situado em posição contrária ao mar alto. Bem guarnecida, não fora possível forçá-la nem a surpreender, como depois de nosso regresso o fizeram os portugueses por culpa dos que lá ficaram. Ademais, nas extremidades dessa ilha existem dois morros nos quais Villegagnon mandou construir duas casinhas, edificando a sua, em que residiu, no centro da ilha em uma pedra de cinquenta a sessenta pés de altura. De ambos os lados desse rochedo, aplainamos e preparamos pequenos espaços onde se construíram não só a sala, onde nos reuníamos para a pregação e a refeição, mas ainda vários outros abrigos em que se acomodavam cerca de oitenta pessoas, inclusive a comitiva de Villegagnon. Entretanto, a não ser a casa situada no rochedo, construída com madeiramento, e alguns baluartes para artilharia, revestidos de alvenaria, o resto não passava de casebres de pau tosco e palha construídos à moda dos selvagens, que de fato os fizeram. Eis, em poucas palavras, em que consistia o forte que Villegagnon denominou Coligny, pensando ser agradável ao senhor Gaspar II de Coligny, almirante de França, sem o apoio do qual, como já disse

no início, jamais tivera meios de fazer a viagem nem de construir nenhum forte no Brasil.” (op. cit., p. 68-69).

“(…) Como sobremesa [ao jantar da recepção] própria para refazer-nos dos trabalhos do mar mandaram-nos carregar pedras e terra para as obras do forte de Coligny, que se achava em construção. (...) Assim, já de chegada e nos dias seguintes, sem necessidade nenhuma e sem nenhuma atenção ao estado de debilidade em que nos encontrávamos por causa da viagem, (...) obrigou-nos Villegagnon a carregar terra e pedras para o seu fortim e isso desde a madrugada até à noite, apesar de nossa fraqueza, o que por certo constituía um tratamento mais rude que fora de esperar de um pai. Todavia (...) não houve entre nós quem não trabalhasse com alegria, acima de suas forças e por espaço de quase um mês naqueles serviços a que não estávamos acostumados.” (op. cit., p. 52-53).

O livro de Jean de Léry teve grande sucesso na Europa, tendo sido traduzido para o holandês, o alemão e o latim e servido de inspiração à obra *Ensaio* (1580), do escritor francês *Montaigne*, considerado o inventor do gênero literário “ensaio”. O historiador e cronista português **Pêro de Magalhães Gândavo** (1540-1579), historiador e cronista, professor de latim e de português no norte de Portugal e secretário na Torre do Tombo, foi o primeiro autor a escrever sobre a história do Brasil. Morou em Salvador e trabalhou na Fazenda do governo da Bahia, de 1558 a 1572.

Em 1576, desejando estimular a emigração portuguesa para o Brasil, escreveu os livros *Tratado da Província do Brasil* e *Tratado da Terra do Brasil*, editados em Lisboa, os quais foram posteriormente reunidos em uma só obra, intitulada *História da Província de Santa Cruz a que Vulgarmente Chamamos Brasil*. Nessa obra, o autor descreve a fauna, dando conhecimento aos europeus da existência de animais, como o tatu, o papa-formigas, insetos, aves e peixes exóticos, e informando sobre a suposta existência de um monstro marinho que teria sido encontrado e morto na capitania de São Vicente. Descreve também a flora brasileira, dando as características de cada planta. Faz um detalhado relato sobre: o descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral; os anos iniciais da colonização; as tribos e os indígenas; as capitanias em que se dividia o

território da colônia; a vastidão do território; assim como as potencialidades e os recursos econômicos que a terra reservava aos portugueses.

Segundo Capistrano de Abreu, na introdução à *História da Província de Santa Cruz*, editada em 1932, o escritor Gândavo pretendeu “*mostrar as riquezas da terra, os recursos naturais e sociais nela existentes, para excitar as pessoas pobres a virem povoá-la: seus livros são uma propaganda de imigração.*” Nessa obra, a descrição territorial brasileira se limitou à região costeira entre Itamaracá e São Vicente; Olinda foi citada como o local mais rico da colônia e Salvador como o mais populoso. Como gramático, em coautoria com Belchior Rodrigues e João Ocanha, escreveu *Regras que ensinam a maneira de escrever a orthografia da língua portuguesa* (1574).

SÉCULO XVII

Quando da ocupação francesa do Maranhão, no século XVII, foram muitas e valiosas as contribuições de escritores e historiadores, narrando esse episódio da história do Brasil. Entre essas produções literárias e históricas, se destacam as do **Padre Claude D’Abbeville**, capuchinho francês que participou da expedição de La Ravardière, enviada pelo governo de seu país em 1612. D’Abbeville produziu a obra mais importante sobre o Maranhão nesse século, a *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*, publicada em 1614. Era entomólogo (estudioso dos insetos) e permaneceu no Brasil por apenas quatro meses. No seu trabalho, identificou e batizou, com nomes indígenas, diversos insetos, como as grandes borboletas azuis, as mutucas e os mosquitos. É admirável e surpreendente como D’Abbeville conseguiu adquirir tanto conhecimento no pouco tempo que permaneceu no Maranhão, inclusive sobre a astronomia dos tupis, descrevendo grande número de corpos celestes, com as denominações indígenas e suas características, o que possibilitou a sua identificação.

Na obra, Claude D’Abbeville incluiu em seu relato da viagem: a partida da Inglaterra até a entrada na Ilha do Maranhão; as visitas às aldeias; a primeira doutrinação cristã; a construção pelos índios da Capela de Junipará, principal aldeia da ilha, onde foi fincada uma cruz;

os acontecimentos na visita a Carnauió, Itapari e Timboú; a morte do Padre Ambrósio de Amiens e outros acontecimentos que se seguiram à chegada ao Maranhão. O autor, na obra, inclui relevantes informações sobre o clima, a fertilidade e a beleza da Ilha, as árvores frutíferas, animais, pássaros e peixes. Narra como os índios tupinambás se fixaram na Ilha do Maranhão e circunvizinhanças, assim como sua estatura e longevidade, e como apresentam a tez, os cabelos e as orelhas. Discorre sobre a nudez, os costumes, as habitações, o casamento, a amizade que têm entre si e a recepção que fazem aos amigos, assim como as vinganças e as guerras, e a crueldade para com os prisioneiros. Refere-se também à conduta, ao gênio, ao temperamento, à religião e às leis dos maranhenses e ao policiamento entre os índios tupinambás. Finalmente, trata do embarque de volta e da chegada a Paris.

A participação de religiosos na literatura sobre o Brasil no curso do século XVII prosseguiu com **Frei Vicente do Salvador** (Vicente Rodrigues Palha), nascido em Salvador em 1564 e falecido, segundo o historiador Capistrano de Abreu, entre fins de 1636 e de 1639, não tendo determinado com precisão a data. Estudou no colégio dos jesuítas em Salvador e concluiu os cursos de direito e teologia pela Universidade de Coimbra, onde doutorou-se em cânones.

De volta ao Brasil, recebeu a ordenação sacerdotal, tendo exercido, no curso de poucos anos, os cargos de presbítero secular, cônego da Catedral de Salvador, vigário-geral e governador do bispado na Bahia. Animado por ter se saído muito bem na carreira sacerdotal como padre secular, decidiu ingressar na ordem franciscana, recebendo o hábito em 27 de janeiro de 1599, transferindo-se em seguida para Pernambuco. Mas seu ideal era a evangelização dos indígenas. Em 1603, foi designado como missionário para a catequização dos silvícolas da Paraíba, e, por ordem régia, para fundar novas missões na região, tendo em vista o seu conhecimento do idioma nativo, aí permanecendo até 1606. Em 1614, foi eleito *custódio* da Província de Santo Antônio, assumindo a responsabilidade por oito conventos franciscanos existentes no Brasil, tendo como missão defender os índios da perseguição e dos maus-tratos praticados pelos portugueses.

Para prestar contas de sua gestão e participar da instalação do Capítulo Provincial de Lisboa, permaneceu na capital portuguesa de 1618 a 1621,

onde teve a oportunidade de apresentar os originais da primeira composição do seu livro *Crônica da Custódia do Brasil*, escrito provavelmente entre 1612 e 1617, com relatos sobre a custódia de Santo Antônio do Brasil. Em razão do grande interesse que essa obra despertou, começou a escrever em 1618 sobre a História do Brasil. Ao retornar a Salvador, renunciou ao cargo de *guardião* de Salvador, para o qual havia sido designado e passou a viajar. Foi participar da fundação do Convento de Santo Antônio, no Rio de Janeiro e, ao retornar para Salvador em 1624, foi feito prisioneiro pela esquadra holandesa, na Baía de Todos os Santos, sendo libertado em maio de 1625. Escreveu a “*História do Brasil, desde o descobrimento em 1500 até 1627*”, dividida em cinco livros, com valiosos relatos históricos e corográficos sobre essa vasta colônia, em seus primeiros tempos. No primeiro volume, faz minuciosa narrativa sobre o descobrimento do Brasil e descreve a fauna, a flora e os costumes dos gentios.

No segundo, trata da criação das capitânicas hereditárias. Os livros terceiro e quarto trazem informações sobre a sucessão dos governadores do Estado do Brasil e discorre sobre as lutas contra os invasores franceses e contra os índios revoltosos. No livro quinto, dá continuidade às narrativas bélicas, nas quais inclui a invasão holandesa e a expulsão dos holandeses da Bahia. Essa obra, considerada por muitos um dos grandes trabalhos literários do século XVII, pela autenticidade dos relatos, valeu ao autor os epítetos de *Pai da Historiografia brasileira* e de *Heródoto brasileiro*.

O manuscrito foi encontrado pelo historiador Capistrano de Abreu na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro em 1881, e publicado em 1888. Quanto ao manuscrito da primeira obra de Frei Vicente do Salvador, *Crônica da Custódia do Brasil*, teve os originais extraviados na década de 1650, que foram parcialmente resgatados, por terem sido transcritas partes da obra por Frei Manuel da Ilha e Jorge Cardoso, no *Agiolégio Lusitano dos Sanctos e Varoens Illustres em Virtude do Reino de Portugal e suas Conquistas*”. Além do mais, o próprio autor já havia reproduzido parte substancial dessa obra no seu livro História do Brasil.

O BARROCO NA LITERATURA BRASILEIRA

Após a reforma protestante de Martinho Lutero, foi realizado um movimento de reestruturação e de grandes mudanças da Igreja Católica - a contrarreforma -, que se tornaram possíveis com o Concílio de Trento

(1545-1563). Um dos objetivos desse esforço de modernização era tentar deter a crescente evasão de seus seguidores, reafirmando os dogmas da Igreja Católica, a autoridade do Papa, o culto aos santos e outros, assim como rejeitando explicitamente o protestantismo.

Com idêntico objetivo, em 27 de setembro de 1540, o Papa Paulo III havia assinado a bula *Regimini Militantis Ecclesiae*, conferindo existência canônica à Companhia de Jesus, que havia sido criada por Santo Inácio de Loyola em 16 de agosto de 1534. Com recursos da Santa Sé, de reis e de grandes doadores, a Companhia de Jesus passou a exercer a quase absoluta hegemonia do ensino, iniciando, a partir de 1548, a edificação de colégios, residências e templos, acumulando ao longo dos anos um grande patrimônio e cumprindo o importante papel de difundir as diretrizes da igreja católica, estabelecidas no Concílio de Trento. A Companhia de Jesus chegou ao Brasil em 1549, com a incumbência de converter os indígenas à fé católica e instalar colégios em diversas regiões, os quais se tornaram os principais núcleos de formação educacional e cultural da colônia.

No contexto histórico da Reforma Protestante e da Contrarreforma Católica, surgiu o movimento barroco que se caracterizou por forte tendência à oposição e ao conflito, ao teocentrismo, às imagens contrastantes e grotescas, e à linguagem rebuscada. Compreendia as áreas da arquitetura, pintura e música, e envolvia os costumes, valores e relações sociais da época, mas também abrangia a literatura, através da qual fazia sobressair os contrastes entre sagrado e profano; material e espiritual; juventude e velhice, céu e terra; erotismo e espiritualidade, e outros.

Em Portugal, o principal personagem do barroco foi o Padre Antônio Vieira, mencionado também como um dos que participaram da literatura barroca no Brasil, assim como o Padre Manuel Bernardes, D. Francisco Manuel de Melo, Francisco Rodrigues Lobo, soror Mariana Alcoforado e Antônio José da Silva. A introdução do barroco no Brasil ocorreu no início do século XVII, por missionários católicos, especialmente os jesuítas que vieram catequizar e aculturar os povos indígenas e colaborar no processo de colonização portuguesa do país. No início do segundo século da nossa história foi que efetivamente surgiu a primeira produção literária genuinamente nacional – *Prosopopeia*⁵ –, poema épico com 94 estrofes do poeta

5 *Prosopopeia* (1ª edição de 1601). Bento Teixeira Pinto. Editora Organizações Formigão.

luso-brasileiro (chegou ao Brasil com os pais aos seis anos de idade) **Bento Teixeira Pinto** (1560-1618), em estilo camoniano, publicado em Recife, em 1601. Na obra, marco inicial do barroco na literatura brasileira, o autor narra as aventuras da família Albuquerque e exalta Jorge D'Albuquerque Coelho, então governador da capitania de Pernambuco, divulgando suas ações e destacando sua coragem e solidariedade. Na mesma época, surgiu em Salvador a “*Escola Baiana*”, formada por cultores da latinidade, que reunia poetas, cronistas, historiadores e eminentes retóricos, principalmente da vertente religiosa.

Dois deles tiveram influência marcante na formação inicial da literatura nacional: Gregório de Matos (**Figura 2**) e Padre Antônio Vieira. Numa época em que a capital da colônia era Salvador, desponta o poeta **Gregório de Matos** (1636-1696), no gênero da poesia popular, satírica e mística, o qual, pelo estilo contundente, se tornou conhecido como o *Boca do Inferno* ou *Boca de Brasa*⁶, por atacar com seus sonetos satíricos a sociedade baiana da época e alguns membros da corte portuguesa, ridicularizando os costumes da cidade, que lhe desagradavam.



Figura 2 - Gregório de Matos

Trovador, com personalidade rebelde, Gregório de Matos não poupava a sociedade, o governo e a Igreja, tendo, por isso, sido perseguido pela

2020. (Org. Dr. Formigão – Amauri C. Ferreira).

6 100 Poemas do Boca do Inferno. Gregório de Matos. Lumme Editor. 2015.

Inquisição e condenado ao degredo em Angola, no ano de 1694, onde contraiu uma febre, que, dois anos depois, foi a causa de sua morte.

A obra de Gregório de Matos, em estilo barroco, é composta de mais de 700 textos de poemas líricos, satíricos, eróticos, pornográficos e religiosos, com pitorescos jogos de palavras e variedade de rimas, em que utiliza linguagem popular e expressões da língua tupi e de algumas línguas africanas.

Nos poemas abaixo, o estilo e a linguagem satírica do autor:

À cidade da Bahia

*A cada canto um grande conselheiro,
que nos quer governar cabana, e vinha,
não sabem governar sua cozinha,
e podem governar o mundo inteiro.
Em cada porta um frequentado olheiro,
que a vida do vizinho e da vizinha
pesquisa, escuta, espreita e esquadrinha,
para a levar à Praça e ao Terreiro.
Muitos mulatos desavergonhados,
trazidos pelos pés os homens nobres
posta nas palmas toda a picardia.
Estupendas usuras nos mercados,
todos, os que não furtam, muito pobres,
e eis aqui a cidade da Bahia.*

Contemplando nas cousas do mundo

*Neste mundo é mais rico, o que mais rapa,
Quem mais limpo se faz, tem mais carepa,
Com sua língua ao nobre o vil decepa
O velhaco maior sempre tem capa.
Mostra o patife da nobreza o mapa
Quem tem mão de agarrar, ligeiro trepa;
Quem menos falar pode, mais increpa
Quem dinheiro tiver pode ser Papa.
A flor baixa se inculca por tulipa,
Bengala hoje na mão, ontem garlopa,
Mais isento se mostra, o que mais chupa.
Para a tropa do trapo vaso a tripa*

*E mais não digo, porque a musa topa
Em apa, epa, ipa, opa, upa.*

Na sua poesia, Gregório de Matos também consegue expressar a carga emotiva que o invade, valorizando o aspecto lírico-amoroso, como no soneto “*A D. Ângela*”, em que associa a descrição angélica contida no nome da mulher Ângela com a raiz da palavra anjo.

À D. Ângela

*Anjo no nome, Angélica na cara,
Isso é ser flor, e anjo juntamente,
Ser Angélica flor, e anjo florente,
Em quem, senão em vós se uniformara?
Quem veria uma flor, que a não cortara
De verde pé, de rama florescente?
E quem um anjo vira tão luzente,
Que por seu Deus, o não idolatrara?
Se como anjo sois dos meus altares,
Fôreis o meu custódio, e minha guarda,
Livrara eu de diabólicos azares.
Mas vejo que tão bela e tão galharda,
Posto que os anjos nunca dão pesares,
Sois anjo que me tenta, e não me guarda.*

A outra figura marcante da “escola baiana” é o insuperável orador sacro e epistológrafo, **Padre Antônio Vieira**, da Companhia de Jesus. Tanto Gregório de Matos como Antônio Vieira pertenceram ao movimento literário então dominante no continente europeu, o *gongorismo*, origem das primeiras influências da literatura culta, caracterizado pelo hermetismo deliberado, emprego de palavras eruditas, excessiva afetação, inversão de frases e abundância de figuras de linguagem, notadamente metáforas, de que o Padre Vieira foi o grande expoente no Brasil. Antônio Vieira veio para o Brasil com dez anos de idade, quatro depois que seu pai se mudou para esta terra.

Ainda jovem, ingressou na Companhia de Jesus. Ficou conhecido por seus sermões polêmicos, com críticas acerbas ao despotismo dos colonos portugueses, à influência protestante na colônia e à Inquisição, sendo

defensor intransigente dos índios, maltratados por colonos e cristãos-novos. Foi nomeado por D. João IV “*Pregador Régio*”. Participou de missões diplomáticas na Holanda, na França e na Itália, onde lutou contra a Inquisição, o preconceito contra os judeus e a perseguição aos cristãos-novos. A obra do Padre Antônio Vieira pode ser dividida em: **profecias**, nas obras “*História do Futuro, Esperanças de Portugal e Clavis Prophetarum*”; cerca de 500 **cartas**, consideradas documentos históricos importantes, sobre a relação entre Portugal e Holanda, a Inquisição e os cristãos-novos; em torno de duzentos **sermões**, em estilo barroco *conceptista*, que dá ênfase e privilegia a retórica e o encadeamento lógico de ideias e conceitos, sendo os mais conhecidos: *Sermão da Sexagésima*, dividido em dez partes, em que orienta os pregadores na arte de pregar a palavra de Deus; *Sermão pelo Bom Sucesso das Armas de Portugal contra as de Holanda*; *Sermão de Santo Antônio aos Peixes*; *Sermão do Bom Ladrão*; *Sermão de Nossa Senhora do Rosário*; e *Sermão da Quinta Domingo da Quaresma*.

Na estruturação de seus sermões, Padre Vieira os dividia em três partes: introdução ou exórdio, desenvolvimento ou argumento e peroração ou conclusão. Perseguido pela Inquisição, foi desterrado para Coimbra e, em sentença de 1667, “*privado para sempre de voz activa e passiva e do poder de pregar*”, tendo sido anistiado no ano seguinte.

Manuel Botelho de Oliveira (1636-1711) nasceu em Salvador – Bahia. Foi advogado e político. Além de exercer o cargo de vereador na Câmara de Salvador, foi capitão-mor de ordenanças dos distritos de Jacobina, Gameleira e Rio do Peixe. Como poeta, foi um dos grandes representantes do estilo barroco, movimento literário em que predominaram o exagero na forma de sua apresentação, através de figuras de estilo (metáforas, antíteses e hipérboles) e na formulação das ideias. Além do idioma pátrio, Botelho dominava o latim, o espanhol e o italiano. Em 1705, aos 70 anos, publicou o livro *Música do Parnaso*, uma coletânea de poesias escritas em português, espanhol, italiano e latim, contendo duas comédias em espanhol, língua em que compôs os seus melhores versos: *Hay Amigo para Amigo*; e *Amor, Engaños y Celos*. Além da variedade de idiomas, essa obra apresenta variadas formas de composição, sendo seu poema mais conhecido *A Ilha da Maré*, em que procura enaltecer a terra e descrever a variedade de frutos do Brasil. O poema se apresenta

como uma espécie de crônica em versos, em que expõe a dimensão de seu sentimento nativista. Manuel Botelho foi o primeiro escritor nascido no Brasil a ter um livro impresso.

Nuno Marques Pereira foi um padre e filósofo moralista, nascido, segundo Diogo Barbosa Machado, na vila de Cairu, na Bahia, em 1652, o que foi contestado por Afrânio Peixoto, que afirma ter ele nascido em Portugal. Mas a afirmativa do próprio Nuno Marques Pereira leva à conclusão de que nasceu em terras lusitanas: “*Não merece pouca estimação, o que, desprezando os mimos e regalos de sua Pátria, busca as alheias, para nelas se qualificar com mais largas experiências*”. É um dos escritores do barroco, autor de uma só obra: “*Compêndio narrativo do Peregrino da América, em que se tratam vários discursos espirituais e morais, com muitas advertências e documentos contra os abusos que se achão introduzidos pela malícia diabólica no Estado do Brasil. Dedicado à Virgem da Vitória imperatrix do ceo, rainha do mundo, e Senhora da Piedade, mãy de Deus*”, longo título da redação original, abreviado para “*O Peregrino da América*”. O livro foi publicado em 1728 e reeditado em 1731, 1752, 1760 e 1765, obtendo nessa época grande sucesso. É uma obra de natureza religiosa e moralista, que descreve uma viagem, possivelmente imaginária, em que se sucedem diálogos de alguns personagens com um peregrino. Trata-se de um livro de ficção, com fim e caráter religioso, voltado para a devoção e a edificação, em que o autor se coloca na condição de peregrino que anda pelo mundo, divulgando a doutrina cristã, para possíveis e hipotéticos interlocutores, com os quais se depara, ensinando-lhes que esse mundo “*é estrada de peregrinos e não lugar nem habitação de moradores, porque a verdadeira pátria é o céu.*” No curso de suas doutrinações, o autor insere fatos da vida real, anedotas, ditos populares e reflexões profanas. Um segundo volume, manuscrito, reproduzido através de cópias, foi publicado, em edição conjunta com o primeiro, pela Academia Brasileira de Letras, em 1939, sob o título “*Compêndio Narrativo do Peregrino da América*”. Nuno Pereira faleceu em 1728, após a primeira edição de seu livro.

Além dos escritores acima, destacou-se também nesse século o jesuíta **Padre Simão de Vasconcelos**. Nascido no Porto - Portugal, em 1597, ainda jovem veio para o Brasil, ingressando na Companhia de Jesus aos

dezenove anos, onde estudou Humanidades, por sete anos, incluindo cinco anos de Gramática, um de Oratória, Poesia e História, e um de Retórica, passando em seguida para as Faculdades Superiores de Filosofia (3 anos) e Teologia (4 anos), tornando-se sacerdote e mestre em artes em 1636, aos 39 anos. Por sua sólida formação acadêmica e religiosa, exerceu grande influência no Brasil de seu tempo, dentro e fora da Companhia de Jesus. Em 1641, foi indicado pelo vice-rei para, juntamente com o Padre Antônio Vieira e o Marquês de Montalvão, compor a *Embaixada da Restauração Portuguesa*, tendo participado dos entendimentos para a separação da coroa de Castela, que resultaram na reconquista da autonomia política de Portugal e na aclamação de D. João IV, retornando no ano seguinte ao Brasil. Padre Simão foi um educador admirável. Exerceu os principais cargos da Companhia de Jesus no Brasil: foi reitor do Colégio da Bahia e do Colégio do Rio de Janeiro, e, em 1655, se tornou Provincial da Companhia de Jesus no Brasil.

São de sua autoria, dentre outras, as obras: *A Vida do Venerável Padre Joseph de Anchieta na Companhia de Jesu, taumaturgo do Novo Mundo na Província do Brazil* (1652); *A Vida do P. Joam d'Almeida da Companhia de Jesu, na Província do Brazil* (1658); *A Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brazil e do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo* (1663); *Sermão: que pregou na Bahia em o primeiro de janeiro de 1659* (1663); *As Notícias Curiosas e Necessárias das Cousas do Brasil* (1668); e *História da Companhia de Jesu no Brasil*, que versa sobre a atuação da Companhia de Jesus no Brasil. O Padre Simão de Vasconcelos faleceu no Rio de Janeiro em 1671.

BIBLIOGRAFIA

ANCHIETA, José de. **Arte de Gramática da Língua mais usada na Costa do Brasil**. Editora Loyola. 1990.

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. Editora Cultrix. 2015.

- CARDIM, Fernão. **Tratados da Terra e Gente do Brasil**. Editores J. Leite & Cia. 1925.
- CAVALCANTE, Moema. **Literatura Brasileira do quinhentismo ao romantismo**. Editora Intersaberes. 2013.
- D'ABBEVILLE, Padre Claude. **História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão**. Editora Martins. Biblioteca Editora Brasileira. 1945.
- GÂNDAVO, Pêro de Magalhães. **Tratado da Terra do Brasil – História da Província de Santa Cruz**. Editora Itatiaia. 1980.
- NEJAR, Carlos. **História da Literatura Brasileira – Da Carta de Caminha aos contemporâneos**. 4ª Edição Revista e Ampliada. Editora Noeses. 2022.
- OGLIARI, Ítalo Nunes, PEREIRA, Mara Elisa Matos, RHEINHEIMER, Marione e NICOLA, José de. **Literatura Brasileira – das origens aos nossos dias**. Editora Scipione. 2011.
- PEREIRA, Paulo Roberto. **Obra Completa de Manuel da Nóbrega**. Editora PUC RJ. 2017.
- ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**. 6ª Edição. 05 Volumes. Editora José Olympio. 6ª edição. 1960.
- RONCARI, Luiz. **Literatura Brasileira – Dos Primeiros Cronistas aos Últimos Românticos**. Editora Edusp. 2ª edição. 2014.
- SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil, desde o descobrimento em 1500 até 1627**. Editora Itatiaia. 1982.
- SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. **Capítulos de História da Literatura Brasileira e Outros Estudos**. Editora Fale. 2001.
- SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brazil em 1587**. Typographia de João Ignacio da Silva. 2ª edição. 1879.
- THÉVET, André. **A Cosmografia Universal de André Thévet, Cosmógrafo do Rei**. Editora Batel. Fundação Darcy Ribeiro. Coleção Franceses no Brasil – séculos XVI e XVII. Dois volumes. 2009.
- THEVET, Fr. André. **Singularidades da França Antártica a que Outros Chamam de América**. Editora do Senado. 2018.
- VERÍSSIMO, José. **História da Literatura Brasileira**. De Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1916.